

Superior Tribunal de Justiça

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4.149 - DF
(2008/0232965-4)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
REQUERENTE : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA REFORMA
AGRÁRIA EM BRASÍLIA - ASSERA - BR
ADVOGADA : JOSILMA BATISTA SARAIVA E OUTRO(S) - DF011997
REQUERIDO : UNIÃO
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA
PROCURADOR : VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S) - RS046424
INTERES. : MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA
INTERES. : MARIA DAS GRAÇAS MARTINS
INTERES. : MARIA DAS GRAÇAS SOARES FARIAS
INTERES. : MARIA DAS LUZES ARAÚJO SOUZA
INTERES. : MARIA DE FÁTIMA VIEIRA BARBOSA
INTERES. : MARIA DE JESUS PEREIRA DA SILVA
INTERES. : MARIA DE LOURDES ARAÚJO P BARBOSA
INTERES. : MARIA DE LOURDES CARVALHO
INTERES. : MARIA DE LOURDES DE F CAVALCANTE
INTERES. : MARIA DE LOURDES LOURENÇO
INTERES. : MARIA DE LOURDES MATOS DA SILVA
INTERES. : MARIA DE LOURDES ROCHA
INTERES. : MARIA DERLY CASTRO SOUZA CARVALHO
INTERES. : MARIA DO CARMO BRAGA LANDIM
INTERES. : MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SILVA
INTERES. : MARIA DO SOCORRO CARVALHO LOPES
INTERES. : MARIA DO SOCORRO PEREIRA NEVES
INTERES. : MARIA DOS SANTOS FERREIRA
INTERES. : MARIA ELDA FERREIRA DE ARAÚJO
INTERES. : MARIA EMÍLIA GOES DA SILVA
INTERES. : MARIA EUNICE PINHEIRO
INTERES. : MARIA FILOMENA FERREIRA SANTANA
INTERES. : MARIA FRANCISCA COSTA VIEIRA
INTERES. : MARIA GENY TEIXEIRA NOGUEIRA
INTERES. : MARIA GOMES FERNANDES

DECISÃO

A Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) liquidou a decisão exequenda, nos termos do julgamento dos embargos à execução, e os devedores apresentaram impugnações.

O INCRA questionou a base de cálculo de alguns substituídos e pediu o desconto de um pagamento administrativo.

Superior Tribunal de Justiça

A União utilizou-se do mesmo parecer técnico que o INCRA para impugnar o cálculo.

A parte autora concordou com os cálculos e com o desconto do pagamento administrativo pretendido.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Os embargos à execução apensos foram decididos de forma definitiva nos seguintes termos:

III. DISPOSITIVO:

Ante o exposto, afastadas as preliminares arguidas de ilegitimidade ativa ad causam da União, de ausência de autorização expressa dos Substituídos e de prescrição da pretensão executória, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução do INCRA e da UNIÃO, para:

(a) afastar a incidência do reajuste de 3,17% sobre as rubricas "pagamento de exercícios anteriores" e "adiantamento de gratificação natalina";

(b) fixar o termo inicial dos cálculos em 20/07/1995, data do ajuizamento do mandamus coletivo, cujo acórdão ora se executa;

(c) determinar a abatimento de todos os valores pagos administrativamente a título de 3,17%, inclusive dos pagamentos supervenientes ao ajuizamento dos presentes embargos à execução, por força da norma contida no art. 11 da Medida Provisória n.º 2.225-45/2001;

(d) aplicar os juros de mora no percentual de (i) 1% até o advento da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001; (ii) de 0,5% no período compreendido entre a edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960/2009; e (iii) estabelecido para caderneta de poupança, a partir da lei n.º 11.960/2009.

Em face da sucumbência recíproca, a teor do art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil, as despesas e os honorários advocatícios, os quais fixo em 3% sobre o valor da execução, devem ser distribuídos, recíproca e proporcionalmente, e compensados entre as partes. Por fim, decorrido o prazo para recurso, voltem os autos à Coordenadoria de Execução Judicial para elaboração dos cálculos de acordo com os critérios acima explicitados.

Posteriormente, em julgamento de agravo interno e embargos de declaração, a decisão foi integrada da seguinte forma:

(...)

4. O "termo final do pagamento do reajuste de 3,17%", conforme estabelecido na decisão agravada, ocorrerá quando configurada uma das seguintes hipóteses: (1) na data da reestruturação/reorganização da carreira, nos termos do art. 10 da Medida Provisória n.º 2.225/2001; (2) em 1.º/01/2002, em decorrência da implantação do percentual sobre o total da remuneração dos servidores, para as carreiras que não foram reestruturadas e/ou reorganizadas até a indicada data, a teor do art. 9.º da Medida Provisória n.º 2.225/2001; e (3) no momento da incorporação integral do reajuste de

3,17% sobre o total da remuneração dos servidores, em cumprimento do provimento judicial pela Administração Pública.

5. No caso, o termo final do pagamento para apuração do quantum debeatur é a data da incorporação integral do reajuste de 3,17% sobre toda a base de incidência, em cumprimento pela Administração do acórdão exequendo proferido no MS n.º 4149/DF, ocorrida em maio de 2000, com efeitos retroativos a janeiro de 2000. Por outro lado, verificada, em maio de 2000, a incorporação parcial, ou seja, sem abranger a totalidade da remuneração, os cálculos devem se limitar a dezembro de 2001, quando houve a implantação integral por força da Medida Provisória n.º 2.225/200; devendo, nesse caso, o índice de 3,17% incidir, a partir de junho de 2000, apenas sobre as rubricas não reajustadas na incorporação parcial.

6. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, enquanto pender decisão definitiva sobre a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5.º da Lei n.º 11.960/2009, decorrente do julgamento da ADI n.º 4.357/DF, a adoção de índices de correção monetária diversos daqueles vigentes, no momento que precedeu o julgamento da referida ADI, atenta contra as premissas apresentadas na decisão cautelar referendada pelo Plenário sobre a matéria.

7. No período posterior à Lei n.º 11.960/2009, conforme estabelecido em seu art. 5.º, deve ser aplicada a TR - Taxa Referencial, na atualização monetária dos débitos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de condenações judiciais.

(...)

11. Fixada verba honorária em 3% sobre o valor total da execução, pelo fato de a União ter impugnado a totalidade da execução, cada parte terá direito aos honorários advocatícios relativos à parte em que se sagrou vencedora, ou seja, de forma proporcional ao total da execução. Assim, os honorários devidos à União serão calculados sobre a parte que foi diminuída do total da execução; e a verba honorária devida à Associação, sobre a parte remanescente do valor da execução.

12. Embargos de declaração da União conhecidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. Agravo regimental da Associação desprovido.

DA IMPUGNAÇÃO DOS REQUERIDOS

A questão da limitação da base de cálculo foi expressamente discutida nos embargos à execução, não podendo ser reaberta na análise do cálculo, já que se encontra ao amparo da coisa julgada. Nesse sentido, observo que a questão foi expressamente analisada:

Dessa forma, por se tratar de reajuste geral de vencimentos, o percentual de 3,17%, reconhecido como devido no título executivo que ora se executa, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, ou seja, sobre o vencimento-básico acrescido das vantagens de caráter permanente,

incluídas as parcelas decorrentes do exercício de funções gratificadas ou cargos em comissão, e excluídas aquelas parcelas que tenham o vencimento-básico como base.

Assim, não deve ser limitado o cálculo por exercício de função DAS (Direção e Assessoramento Superiores) como pretendido pelos requeridos.

Por outro lado, o PSS deve incidir sobre os honorários, pois a incidência tributária deve ocorrer antes dos ônus processuais.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Expressamente ressalvada nas decisões exequendas a possibilidade de se cobrar a diferença de índices, entendo que é o caso de já se fazer o ajuste necessário para eventual pagamento, em razão da economia processual, já que os cálculos terão de ser refeitos pois já acolhida parcialmente a impugnação, conforme supra fundamentado.

No julgamento do Recurso Extraordinário n. 870.947, o Supremo Tribunal Federal assentou, quanto à correção monetária, que deve ser aplicado o IPCA-E igualmente para todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, nos seguintes termos:

A fim de evitar qualquer lacuna sobre o tema e com o propósito de guardar coerência e uniformidade com o que decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a questão de ordem nas ADIs nº 4.357 e 4.425, entendo que devam ser idênticos os critérios para a correção monetária de precatórios e de condenações judiciais da Fazenda Pública. Naquela oportunidade, a Corte assentou que, após 25.03.2015, todos os créditos inscritos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Nesse exato sentido, voto pela aplicação do aludido índice a todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, qualquer que seja o ente federativo de que se cuide.

Posteriormente, em decisão monocrática em sede de embargos de declaração, ocorreu a suspensão dos efeitos desta decisão até análise do mérito dos embargos. E, levados a julgamentos os embargos declaratórios, o resultado do julgamento foi o seguinte:

Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia do Relator, rejeitando todos os embargos de declaração e não modulando os efeitos da decisão anteriormente proferida, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello; do voto do Ministro Marco Aurélio que, além de acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes, afastava a eficácia suspensiva dos embargos de declaração; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Luiz Fux (Relator) no sentido de rejeitar integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos

Superior Tribunal de Justiça

Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente leading case, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.03.2019

Como se vê, há seis votos já proferidos em sentido contrário à modificação do julgamento originário – este já terminado e prolatado – sendo que, para a modulação dos efeitos da decisão, seriam necessários oito votos em sentido diverso, nos termos do artigo 27 da Lei 9.869.

Registro, ainda, que conforme consta da movimentação processual do Recurso Extraordinário n. 870.947, há julgamento pautado para o dia 3 de outubro próximo, de forma determino a liquidação do julgado com a utilização do IPCA-E, estabelecendo, desde já, que sejam adotados os índices determinados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 870.947, inclusive com eventuais alterações feitas em sede de embargos de declaração lá pendentes.

Por cautela, determino que devem ser feitos dois cálculos, um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que a expedição do precatório se dará pelo primeiro cálculo. Além disso, um precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o Recurso Extraordinário n. 870.947, observando eventuais modificações no julgamento, conforme já estabelecido.

Em face do exposto, homologo os cálculos elaborados pela CEJU, com as seguintes retificações a serem feitas:

a) o PSS deve incidir sobre o total do principal devido, inclusive sobre os honorários, e não sobre os juros de mora; b) o cálculo de Maria Gomes Fernandes deve abater os pagamentos administrativos apontados pelos devedores; c) os valores devem ser calculados duas vezes, uma com correção monetária pela TR e outra pelo IPCA-E, expedindo-se requisitório de pagamento pelo menor valor, e, se necessário, um requisitório complementar quando julgado definitivamente o Recurso Extraordinário n. 870.947 pelo Supremo Tribunal Federal.

Em relação aos cálculos já analisados pela presente decisão, a Coordenadoria de Execução Judicial deverá atualizá-los com as retificações

Superior Tribunal de Justiça

determinadas.

Da atualização, intimem-se as partes e expeçam-se os requisitórios.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção

